

Estudo Técnico Preliminar 46/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 982609/2024

2. Descrição da necessidade

Nos Bairros Vila Operária e Capela do Piçarrão, situados em Várzea Grande, emergem desafios notórios na infraestrutura, especialmente na pavimentação asfáltica. A falta de um sistema viário adequadamente pavimentado tem provocado problemas sérios para a comunidade, como acesso dificultado, danos veiculares e riscos de segurança, agravados em períodos de chuva e em áreas propensas a erosão. A execução de um projeto de engenharia de pavimentação torna-se crucial para superar esses desafios. A necessidade de contratar uma empresa de engenharia civil especializada em pavimentação asfáltica é evidente, para realizar obras que incluem estabilização do solo, aplicação de camadas de base e sub-base, e revestimento asfáltico conforme normas técnicas e de segurança.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A realização da obra demanda a contratação de uma empresa especializada em engenharia civil, com todas as autorizações regulamentares necessárias. A empresa deve seguir as normativas legais e critérios de sustentabilidade atuais e futuros. O projeto requer um escopo bem definido e um cronograma físico-financeiro meticuloso, garantindo a viabilidade técnica e o manejo dos impactos ambientais. Os requisitos técnicos são analisados para assegurar a competitividade do processo licitatório, com transparência e equidade na seleção da empresa contratada.

3.1. REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos para a execução do projeto incluem:

- 1) Localização da obra: Vila Operária: <https://maps.app.goo.gl/JURKcAYvBXzaVVqw9>; Localização da obra do Capela do Piçarrão: <https://maps.app.goo.gl/XDQZw96dCRLqmYk39>
- 2) Adesão estrita aos projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas.
- 3) Metodologia executiva alinhada com as normas técnicas atuais.
- 4) Orçamento e prazo de execução definidos no projeto executivo.
- 5) Cumprimento das exigências da licença ambiental.
- 6) Apresentação de certidão de registro/quitação junto ao CREA/CAU.

7) Comprovação de aptidão técnica por meio de certidões de acervo técnico do CREA /CAU.

8) Apresentação de atestado de capacidade técnico operacional.

9) Avaliação técnica profissional e técnica operacional conforme instruções normativas relevantes, com exigências de itens de obras/serviços específicos e restrições quanto à qualificação técnica operacional.

A capacidade técnica operacional e profissional deve ser comprovada, considerando itens de maior relevância técnica, e a habilitação técnico operacional das licitantes deve seguir as diretrizes estabelecidas em acórdãos e instruções normativas pertinentes. A seleção de atestados e a justificativa para a não limitação do número de atestados são baseadas em decisões plenárias que reconhecem que o aumento quantitativo de serviços não implica necessariamente em maior complexidade técnica.

MAIOR RELEVÂNCIA GLOBAL SER COMPROVADA					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA	RELEVÂNCIA
01	Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ).	t	1.144,08	572,04	17,88%
		m³	476,70	238,35	
02	Guia (meio-fio) e sarjeta conjugados, moldada in loco	m	4.646,08	2.323,04	8,49%
03	Execução de Bueiro Triplo Celular de Concreto 3,00mx3,00m	m	14,00	7,00	4,89%

3.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada deverá utilizar na execução das obras as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.

- c) Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.
- d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as associações e/ou cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela advocacia geral de união, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont
- f) Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a resolução CONAMA nº 257/1999.
- i) Atendimento aos padrões indicados pela resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – epi necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

Segue abaixo os requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos;
- b) Decreto estadual nº 1.525/2022 – regulamenta a lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do estado de Mato Grosso;
- c) Decreto nº 081/2023 no âmbito da administração pública Municipal direta e autárquica e fundacional do Município de Várzea Grande – MT.
- d) Normas da ABNT, especificações de serviço e normas do DNIT, e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- e) Instrução normativa nº 58/DNIT sede, de 17 de setembro de 2021;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	LUIZ CELSO MORAES DE OLIVEIRA

5. Levantamento de Mercado

Como solução para execução desta pavimentação, surgiu como opção:

SOLUÇÃO 1: Pavimentação Asfáltica com CBUQ A pavimentação asfáltica utilizando Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) é projetada para garantir uma superfície uniforme e padronizada, capaz de suportar as cargas de tráfego especificadas no projeto. Este material é especialmente adequado para acomodar variações térmicas, adaptando-se às contrações e expansões causadas pelas flutuações de temperatura.

SOLUÇÃO 2: Pavimentação Asfáltica com TSD O Tratamento Superficial Duplo (TSD) é frequentemente escolhido por sua alta flexibilidade e excelente custo-benefício. Esta técnica envolve a aplicação de camadas sucessivas de material betuminoso e agregados, proporcionando uma superfície resistente e durável.

SOLUÇÃO 3: Pavimentação com Concreto Armado Conhecido como pavimento rígido, o concreto armado oferece parâmetros superiores de durabilidade e resistência, com a vantagem de requerer manutenção mínima ao longo do tempo. Embora os custos iniciais sejam mais elevados em comparação com o asfalto, e o tempo de execução seja maior, os benefícios a longo prazo são significativos.

Após análise das opções disponíveis, o projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras optou pela SOLUÇÃO 1: Pavimentação Asfáltica com CBUQ. Esta decisão foi baseada em um diagnóstico detalhado das características funcionais e estruturais do material, estudos de tráfego e uma análise cuidadosa da relação custo-benefício.

É imperativo que todos os serviços descritos no projeto executivo estejam em conformidade com as normas técnicas atualizadas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A contratação seguirá o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO**, conforme estabelecido pela legislação pertinente (Art. 6º, inciso XXVIII, da Lei 14.133/2021; Art. 281º, do Decreto Estadual nº 1.525/2022; e Art. 72º, do Decreto Municipal nº 81/2023 e Acórdão TCU nº 1.977/2013 – Plenário). Este regime é justificado pela natureza da obra rodoviária, que inclui serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e sinalização. A execução sob este regime permite um controle mais eficaz das medições pela fiscalização, pois as quantidades são mensuradas por unidade, com o valor total do contrato resultante da multiplicação do preço unitário pelo

volume e tipos de serviços realizados. Esta metodologia também facilita a avaliação financeira de eventuais alterações de projeto, protegendo o erário público de custos adicionais.

A licitação será conduzida na modalidade de concorrência eletrônica, adequada para obras de engenharia cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo edital, com especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, XII, da Lei nº 14.133/2021. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

6. Descrição da solução como um todo

O pacote de serviços a ser contratado será composto por uma série de atividades tecnicamente sincronizadas, conforme estabelecido no projeto executivo. Essas atividades estarão alinhadas com as informações coletadas pelo levantamento topográfico e serão quantificadas na memória de cálculo, que fornece uma descrição detalhada dos volumes e custos previstos, criando uma base sólida para a formulação do orçamento da obra. As especificações técnicas adicionais também farão parte deste processo, assegurando uma abordagem completa e integrada.

Todos os processos e serviços enumerados no projeto devem estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e as diretrizes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A conformidade com essas diretrizes é essencial para garantir a integridade e segurança da construção.

As melhorias planejadas visam não apenas manter, mas também aprimorar o padrão de qualidade da infraestrutura atual. As práticas de execução adotadas devem refletir o que há de mais avançado na engenharia civil, incorporando as práticas mais eficazes do setor, o uso de tecnologias de ponta, materiais de alta qualidade e métodos construtivos que promovam a eficiência operacional e a sustentabilidade ambiental.

A realização deste projeto será um ponto de referência em excelência, estabelecendo novos critérios de qualidade e eficiência em obras públicas, com ênfase na otimização de recursos e na redução do impacto ambiental. A combinação desses fatores é crucial para fornecer uma infraestrutura sólida e durável, que esteja em harmonia com as expectativas da comunidade e com as necessidades do desenvolvimento urbano contemporâneo.

Os serviços previstos incluem:

Administração Local: Gestão e supervisão do projeto no local.

Serviços Preliminares: Preparação do terreno, incluindo instalação de canteiro de obras e acampamento, mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal, e instalação de placa indicativa da obra.

Terraplenagem: Remoção de vegetação e raízes, escavação, transporte de material, compactação e regularização de áreas de descarte.

Pavimentação: Preparação de sub-base e base, imprimação e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

Aquisição de Material Betuminoso: Provisão de materiais para a implantação da pavimentação.

Transporte para Pavimentação: Logística de materiais para o local da obra.

Sinalização Horizontal e Vertical: Implementação de sinalização para segurança e orientação do tráfego.

Obras Complementares: Execução de trabalhos adicionais necessários para a conclusão da obra.

Drenagem: Instalação de sistemas para a gestão de águas pluviais e superficiais.

Fornecimento de Tubos de Concreto Tipo PA-1: Provisão de tubulação adequada para a drenagem.

Assentamento de Tubos de Concreto: Instalação de tubos conforme as especificações do projeto.

Órgãos e Acessórios: Fornecimento e instalação de componentes adicionais necessários para a infraestrutura.

Controle e Recuperação Ambiental: Medidas para mitigar o impacto ambiental e restaurar áreas afetadas pela construção.

Essa abordagem multifacetada assegura que cada etapa da obra seja executada com precisão, qualidade e responsabilidade ambiental, contribuindo para a infraestrutura sustentável e de longa duração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos referentes ao projeto foram meticulosamente determinados por meio de um levantamento técnico dos serviços, conforme estipulado no projeto executivo. Os preços unitários adotados para a composição do orçamento originam-se das tabelas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) / Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), garantindo assim a aderência às práticas de mercado e à legislação pertinente.

As especificações dos serviços e o orçamento foram elaborados com base nas normativas vigentes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e do DNIT/SICRO, assegurando que todos os procedimentos e custos estejam em conformidade com os padrões regulatórios atuais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.620.530,02

Os quantitativos referentes ao projeto foram meticulosamente determinados por meio de um levantamento técnico dos serviços, conforme estipulado no projeto executivo. Os preços unitários adotados para a composição do orçamento originam-se das tabelas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) / Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO) e da Agência Nacional do Petróleo (ANP), garantindo assim a aderência às práticas de mercado e à legislação pertinente.

As especificações dos serviços e o orçamento foram elaborados com base nas normativas vigentes da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e do DNIT/SICRO, assegurando que todos os procedimentos e custos estejam em conformidade com os padrões regulatórios atuais.

A decisão pelo Orçamento **Não Desonerado** revelou-se mais vantajosa para a administração pública, refletindo um custo total da obra de **R\$ 4.620.530,02**. Em contraste, o Orçamento **Com Desoneração** resultaria em um valor de **R\$ 4.747.976,45**. A escolha pelo primeiro cenário financeiro proporciona uma **economia de R\$ 127.446,43**; representando uma gestão de recursos mais eficiente.

Orçamento Sem Desoneração

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	05/2024 SINAPI
		01/2024 SICRO 3
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
I	SERVIÇOS PRELIMINARES	41.357,10
II	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	141.426,94
III	ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE SOLO E ASFALTO	41.727,39
IV	TERRAPLENAGEM	299.124,12
V	PAVIMENTAÇÃO	1.768.900,40
VI	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL/VERTICAL	27.168,36

VII	OBRAS COMPLEMENTARES	395.434,38
VIII	DRENAGEM	383.570,08
IX	FORNECIMENTO DE TUBOS TIPO PA-1	315.353,49
X	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO	73.948,14
XI	ÓRGÃOS ACESSÓRIOS	942.063,21
XII	CONTROLE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	190.456,41
TOTAL GERAL (R\$)		4.620.530,02
EXTENSÃO (km)		2.482,825
TOTAL/km (R\$)		1.861,00
BAIRRO: VILA OPERÁRIA E CAPELA DO PIÇARRÃO		
RUAS: CÁRITAS, S, QUATRO, PRINCIPAL, F e C		
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		

Orçamento Com Desoneração

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	05/2024 SINAPI
		01/2024 SICRO 3
		DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)

I	SERVIÇOS PRELIMINARES	42.453,01
II	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	130.397,24
III	ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE SOLO E ASFALTO	38.622,35
IV	TERRAPLENAGEM	310.145,91
V	PAVIMENTAÇÃO	1.840.605,19
VI	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL/VERTICAL	28.342,98
VII	OBRAS COMPLEMENTARES	403.318,68
VIII	DRENAGEM	388.799,89
IX	FORNECIMENTO DE TUBOS TIPO PA-1	330.807,78
X	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO	73.763,46
XI	ÓRGÃOS ACESSÓRIOS	963.621,44
XII	CONTROLE E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	197.098,52
TOTAL GERAL (R\$)		4.747.976,45
EXTENSÃO (km)		2.482,825
TOTAL/km (R\$)		1.912,33
BAIRRO: VILA OPERÁRIA E CAPELA DO PIÇARRÃO		
RUAS: CÁRITAS, S, QUATRO, PRINCIPAL, F e C		
OBRA: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O projeto de pavimentação para os Bairros Vila Operária e Capela do Piçarrão foi projetado como uma iniciativa unificada, adequada à capacidade das empresas participantes do processo licitatório, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso. A complexidade dos serviços, que são interconectados por natureza, impede a divisão do projeto. A dependência mútua entre as fases da construção sugere que qualquer interrupção em uma etapa crítica pode levar a atrasos generalizados, aumentando os custos operacionais e afetando os prazos e a conclusão do projeto.

A escolha por um único lote para a realização da obra favorece a eficiência na instalação e mobilização dos equipamentos e pessoal. A separação em vários lotes poderia comprometer tanto a viabilidade técnica quanto a economia do projeto, além de elevar os custos de mobilização e desmobilização para cada parte isolada da obra.

Dessa forma, as razões técnicas e econômicas justificam a contratação de um único lote como a estratégia mais lógica. Dividir o projeto não traria vantagens administrativas e poderia comprometer a integridade e o valor total do empreendimento. Optar por um único lote garante a continuidade do trabalho, a otimização dos recursos e a entrega de uma infraestrutura de alta qualidade, cumprindo os prazos estabelecidos e alinhada com as metas de desenvolvimento urbano da área.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para atender ao disposto no inciso VIII, artigo 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020, disponibilizamos o acesso ao inovador sistema GEOOBRAS. Este portal é de suma importância, dada a complexidade e o volume significativo de contratos que apresentam similaridades com o presente. Criado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), o GEOOBRAS é uma ferramenta digital avançada, projetada para otimizar o monitoramento e a fiscalização de obras públicas em âmbito estadual.

Por meio desta plataforma, usuários podem efetuar buscas minuciosas sobre as obras em andamento, aplicando filtros por município, modalidade de licitação, fase atual da obra, custo estimado, dentre outros parâmetros relevantes. O sistema ainda oferece um mapa interativo e relatórios gerenciais dinâmicos, recursos que ampliam a transparência e fomentam um controle social mais assertivo sobre os investimentos públicos em diversas regiões de Mato Grosso.

Para explorar todas as funcionalidades do sistema GEOOBRAS e contribuir para a gestão eficiente dos recursos públicos, convidamos a visitar o portal oficial do TCE-MT e iniciar sua jornada de fiscalização cidadã. Acesse, participe e exerça seu papel ativo na governança de nossa infraestrutura estadual.

<https://geoobras.tce.mt.gov.br/cidadao/home>

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação em curso está meticulosamente alinhada ao planejamento estratégico da administração municipal, sendo parte integrante do Plano de Contratação Anual (PCA). Este plano identifica de forma clara o projeto “Bairro Vila Operária e Capela do Piçarrão: pavimentação e drenagem”, que visa a melhoria das vias urbanas do Município de Várzea Grande, sob a diligente responsabilidade da Secretaria Municipal de Viação e Obras. Para mais informações, o Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br) oferece um panorama detalhado deste e de outros projetos similares.

É importante ressaltar que a contratação vigente está harmonizada com a “emenda estadual”, proveniente da proposta de número 780/2023. A emenda estadual representa uma parcela significativa do orçamento público, com sua distribuição definida pelos representantes eleitos no legislativo estadual. Essa designação é realizada através de emendas ao projeto de lei orçamentária anual, que é submetido à votação dos parlamentares para o exercício financeiro subsequente.

Tais emendas são instrumentos valiosos que permitem aos deputados estaduais alocar recursos para municípios ou regiões específicas, geralmente onde se localizam suas bases eleitorais. O propósito dessas emendas parlamentares é assegurar uma distribuição de recursos mais justa e equitativa, refletindo o entendimento aprofundado que os legisladores possuem sobre as necessidades locais, fruto de sua proximidade e engajamento com as comunidades que representam. Este mecanismo de alocação de recursos visa fortalecer o desenvolvimento regional e atender às demandas específicas de cada área, promovendo o bem-estar coletivo e a equidade na aplicação dos fundos públicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios antecipados da pavimentação são multifacetados e podem ser enriquecidos da seguinte maneira:

- a) Otimização da Infraestrutura Viária: A implementação de pavimentação de qualidade superior é um divisor de águas para a segurança e eficiência viária. Ela não só diminui a incidência de acidentes, mas também melhora significativamente a experiência de condução, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de manutenção veicular.
- b) Estímulo ao Desenvolvimento Econômico: Vias pavimentadas adequadamente são a espinha dorsal do transporte eficiente de produtos agrícolas e industriais. Elas desempenham um papel crucial na redução dos custos logísticos e na elevação da competitividade de mercado. Além disso, uma infraestrutura robusta é um chamariz para investimentos e vitaliza o acesso a zonas comerciais, impulsionando a economia local.
- c) Elevação da Qualidade de Vida: A pavimentação é uma alavanca para o acesso ampliado a serviços essenciais, como saúde e educação. Ela contribui para um ambiente urbano mais harmonioso, com menos ruído e desgaste veicular, melhorando o bem-estar da comunidade.

d) **Garantia do Direito à Mobilidade:** A pavimentação asfáltica é um componente fundamental para a mobilidade urbana, afetando positivamente o dia a dia de motoristas e pedestres, garantindo o direito de ir e vir com segurança e conforto.

e) **Incremento da Segurança Viária:** Superfícies asfálticas bem executadas oferecem aderência ideal, reduzindo significativamente os riscos de acidentes relacionados a derrapagens e outros perigos viários.

f) **Conforto aos Usuários:** Uma via pavimentada com asfalto de qualidade proporciona uma superfície lisa e uniforme, o que se traduz em menos vibrações e uma experiência de viagem mais confortável para todos os usuários.

g) **Redução do Impacto Ambiental:** Pavimentações eficientes contribuem para a diminuição da resistência ao rolamento, o que resulta em um consumo de combustível mais baixo e menos desgaste de pneus. Isso não apenas gera economia para os usuários, mas também traz benefícios ambientais significativos pela redução das emissões de poluentes.

Esses benefícios destacam a pavimentação não somente como uma melhoria infraestrutural, mas também como um catalisador de transformação social e econômica, reforçando a importância de investimentos em obras públicas que vão além do concreto e asfalto, tocando a vida das pessoas e moldando o futuro das comunidades.

13. Providências a serem Adotadas

Conformidade Legal e Regulamentar: É imperativo que todos os licitantes observem rigorosamente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 1.525 /2022, do Decreto Municipal nº 81/2023, além de aderirem às especificações do edital e do termo de referência. A empresa contratada deve:

Adesão às Diretrizes Técnicas: Comprometer-se com as diretrizes técnicas estabelecidas para a execução de obras e serviços de engenharia, respeitando integralmente as normativas aplicáveis ao objeto contratual.

Execução Fiel ao Contrato: Executar a obra ou serviço em estrita conformidade com o projeto técnico, as especificações detalhadas no termo de referência e seus anexos, e em alinhamento com a proposta técnica e comercial apresentada.

Qualidade e Boas Práticas: Garantir a manutenção de um padrão de qualidade superior e adotar as melhores práticas executivas ao longo de toda a obra ou serviço, visando a excelência e a durabilidade do projeto.

Comunicação com o Fiscal do Contrato: Estabelecer um canal de comunicação eficiente com o Fiscal designado, reportando prontamente qualquer irregularidade ou desvio identificado durante a execução dos serviços.

Disponibilidade para Esclarecimentos: Manter-se acessível para fornecer esclarecimentos ou informações adicionais sempre que solicitados pela administração pública contratante.

Por parte da administração, será assegurado:

- a) Publicação do Edital: Garantir a disponibilização do edital de licitação de forma ampla e acessível, contendo todas as informações essenciais para a participação dos licitantes.
- b) Designação de Fiscalização: Nomear um Fiscal competente e responsável pela obra ou serviço, com a missão de assegurar a qualidade, realizar medições periódicas e supervisionar o cumprimento do contrato.
- c) Capacitação de Servidores: Promover o desenvolvimento profissional dos servidores envolvidos, por meio de treinamentos focados em aprimorar as habilidades de fiscalização e gestão contratual.
- d) Integridade do Processo: Essas diretrizes são pilares para a integridade e eficácia do processo licitatório e para a execução contratual subsequente, assegurando transparência, equidade e responsabilidade em todas as etapas do projeto.

Essas medidas são essenciais para a realização de um processo licitatório íntegro e para a execução de um contrato que atenda plenamente aos interesses públicos e às expectativas da comunidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O processo de contratação em questão é uma oportunidade para reafirmar o compromisso com o interesse público, indo além da análise de custos para abraçar uma visão holística que considera os impactos ambientais e sociais. Isso envolve:

- a) Conformidade com Normas de Sustentabilidade: A adesão rigorosa a padrões que promovem práticas sustentáveis é essencial, buscando sempre minimizar o impacto ambiental e fomentar a resiliência ecológica.
- b) Gestão Eficiente de Recursos Públicos: A utilização criteriosa dos recursos financeiros é fundamental para maximizar o retorno sobre o investimento, garantindo que cada real seja aplicado de forma a gerar o maior benefício possível para a comunidade.
- c) Preservação de Recursos Naturais: Estratégias para a conservação e uso responsável dos recursos naturais devem ser implementadas, assegurando que as gerações futuras também possam desfrutar desses bens preciosos.
- d) Incorporação de Materiais Reciclados: A preferência pelo uso de materiais reciclados, sempre que disponíveis, é uma prática que promove a economia circular e reduz a pressão sobre recursos virgens.
- e) Gestão de Resíduos: A remoção e destinação adequada de resíduos devem estar em conformidade com as regulamentações vigentes, assegurando a proteção do meio ambiente e da saúde pública.
- f) Atendimento a Normas de Qualidade: A observância de padrões de qualidade e certificações, como os estabelecidos pelo INMETRO e pela ABNT, é crucial para garantir a excelência e a segurança dos serviços prestados.

g) **Uso Racional de Recursos:** Empregar recursos e equipamentos de maneira eficiente é uma obrigação, evitando desperdícios e priorizando, sempre que possível, o uso de energia renovável.

h) **Segurança no Trabalho:** A segurança no manuseio de ferramentas e equipamentos, especialmente os inflamáveis, deve ser uma prioridade, seguindo rigorosamente a legislação trabalhista vigente.

i) **Responsabilidade Ambiental:** Assumir a responsabilidade pela gestão de todos os resíduos gerados é um dever, garantindo sua correta remoção e destinação.

Adicionalmente, a execução da obra requer um licenciamento ambiental junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) de Várzea Grande, Mato Grosso. É imprescindível que todas as ações e medidas necessárias para o cumprimento da licença ambiental sejam meticulosamente detalhadas nas licenças prévia e de instalação, reforçando o compromisso com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável da região. Essas diretrizes são a base para um projeto que não apenas atende às necessidades atuais, mas que também preserva o patrimônio natural para o futuro.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As experiências anteriores fornecem um sólido indicativo de que a contratação para a obra proposta é viável e possui uma alta probabilidade de sucesso na obtenção dos resultados desejados. A Secretaria Municipal de Viação e Obras reconhece a ausência de profissionais habilitados em número suficiente em seu quadro funcional para a execução da obra nos Bairros Vila Operária e Capela do Piçarrão, o que torna a contratação de uma empresa especializada não apenas uma opção, mas uma necessidade imperativa para atender à demanda existente.

Considerando:

a) A condição atual dos Bairros Vila Operária e Capela do Piçarrão, que apresentam segmentos ainda não pavimentados e que demandam uma intervenção urgente para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores.

b) As obrigações institucionais da Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande, Mato Grosso, que incluem o compromisso com o desenvolvimento urbano e a manutenção de vias públicas adequadas para o trânsito de veículos e pedestres.

c) A necessidade premente de garantir a trafegabilidade constante e segura da rodovia em questão, o que é fundamental para a mobilidade urbana e para a segurança dos usuários da via.

d) As informações e análises detalhadas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), que fundamentam a decisão e reforçam a necessidade de avançar com a contratação dos serviços indicados.

Com base nesses fatores, declara-se a necessidade e a viabilidade de contratação dos serviços de pavimentação e drenagem conforme indicado neste ETP, visando a melhoria contínua da infraestrutura do município e o bem-estar da população local. A execução deste projeto é um passo crucial para o avanço das condições urbanísticas e para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo na região.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALBERTO ALVES NAZARIO JUNIOR

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL



Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 16:03:32.

FELIPE AUGUSTO TEZOLIN

COORDENADOR



Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 17:02:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - VOLUME-1_RELATORIO_PROJETO_-_VILA_OPERARIA_E_CAPELA_DO_PICARRAOassinado.pdf (3.99 MB)
- Anexo II - VOLUME-2_PROJETO_DE_EXECUCAO-VILA_OPERARIA_E_CAPELA_DO_PICARRAOassinado.pdf (14.78 MB)
- Anexo III - VOLUME-4_ORCAMENTO_NAO_DESONERADO_-_VILA_OPERARIA_E_CAPELA_DO_PICARRAOassinado.pdf (2.31 MB)